



Número 1
24 de dezembro de 2018
Edição e diagramação - Valter Pomar e Heloisa Vilela

Índice

José Genoíno e Rui Falcão.....	pág 1
Jandyra Uehara e Valter Pomar.....	pág 2
Ilana Ferro, Maristella Mattos e Renato Simões.....	pág 4
Luizianne Lins, Moara Saboia e Carlos Henrique Árabe.....	pág 6
Ivan Alex Lima, Sheila Oliveira e Carla Ayres.....	pág 7
José Americo, Antônio Donato Paulo Reis, Juliana Cardoso, Zaratini, Rui Falcao e Silvana Donatti.....	pág 10
Vilson Oliveira e Rodrigo Dilelio.....	pág 14
Paulo Pimenta, Paulo Teixeira e Juçara Dutra Vieira.....	pág 15

COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS

José Genoíno, ex-presidente nacional do PT Rui Falcão, ex-presidente nacional do PT e deputado federal (SP)

Este é o primeiro número do nosso boletim virtual "Rumo ao 7º Congresso Nacional" do Partido dos Trabalhadores.

Trata-se de uma publicação aberta a quem queira debater sobre os rumos do PT, sobre como enfrentar a nova conjuntura, sobre a escolha das direções partidárias e, principalmente, sobre a realização – que julgamos fundamental – do congresso partidário em 2019.

Nosso objetivo ao estimular a discussão, já inaugurada na reunião do Diretório Nacional de 31/11 e 1/12/2018, é preparar o PT para o novo período que se abriu com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro.

Uma eleição realizada na sequência do golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, eleição maculada desde o início pela prisão e interdição do companheiro Lula e marcada por inúmeras ilegalidades, como foi o disparo de centenas de milhares de notícias falsas contra nós, pagas por caixa 2.

O golpe culminou com a escolha de um presidente eleito em cumplicidade com o sistema de justiça e com o apoio da grande mídia.

Ultraliberal, autoritário, submisso à hegemonia norte-americana, o governo Bolsonaro, racista, homofóbico, misógino, é uma ameaça ao estado laico.

Ele representa o fim de um ciclo e a instalação de um novo tipo de regime político.

Representante dos interesses do grande capital, tutelado por setores do estamento militar, apoiado pela grande mídia e com respaldo no sistema de justiça, o governo que toma posse em janeiro rompe com os padrões até então vigentes da democracia liberal e com o pacto institucional da Constituição de 1988.

Não instala uma ditadura como em 1964, mas opera para remover da democracia seu princípio ativo, a soberania popular.

É nesse contexto que precisamos preparar a militância petista para um duro enfrentamento, para definir uma estratégia capaz de defender a liberdade de Lula e as conquistas alcançadas nos governos liderados pelo PT, de combater a ofensiva conservadora, de tomar as iniciativas na luta social e institucional para preservar as garantias fundamentais, de barrar o retrocesso no plano dos direitos sociais. Sobre tudo, criar condições para voltarmos a governar com as classes trabalhadoras e, definitivamente, empoderá-las.

Daí a necessidade de um amplo processo de construção do 7º Congresso, que dialogue com nossa base, com nossos eleitores e para o qual oferecemos nossa contribuição militante.

LULA LIVRE!

São Paulo, 21 de dezembro de 2018



CONGRESSO, PLEBISCITO E DIREÇÃO

Jandyra Uehara é da executiva nacional da CUT e do Diretório Nacional do PT. Valter Pomar é militante do PT Campinas.

Escrevemos este texto no dia 19 de dezembro de 2018. Faltam poucos dias para a posse do novo presidente da República. Se as liberdades democráticas estivessem plenamente vigentes, o presidente que tomaria posse seria Lula. Como as liberdades democráticas estão sob custódia, Lula está preso e quem vai tomar posse é Jair Messias Bolsonaro.

Visto de perto ou visto de longe, Bolsonaro tem todos os traços de um cavernícola. E seu ministério está à altura do presidente. Isso tem sido demonstrado, dia após dia, por cada gesto e por cada fala do presidente e de seus escolhidos para desgovernar o país. Mas atenção: não nos iludamos. A história do Brasil e do mundo tem muitos exemplos de governos encabeçados por cavernícolas, que duraram muitos anos e causaram muito estrago. A estupidez de Bolsonaro não quer dizer que ele vai cair amanhã, quer dizer apenas que ele vai agir de forma estupidamente truculenta contra o povo, a classe trabalhadora e a esquerda.

Bolsonaro era o homem certo, na hora e no lugar certos, para coroar a operação golpista que o PSDB desencadeou no dia seguinte ao segundo turno de 2014. Claro que o PSDB imaginava que o resultado seria outro. Claro, também, que muita gente de esquerda imaginava que o resultado seria outro. E poderia efetivamente ter sido outro, se as forças democráticas, populares e socialistas não estivessem tomadas de ilusões.

Ilusões em que não haveria golpe, ilusões em que não condenariam Lula, ilusões em que não prenderiam Lula, ilusões em que não interditarium a candidatura de Lula, ilusões em que a cúpula das FFAA não apoiaria o capitão, ilusões em que a cúpula do poder

judiciário não iria compactuar com as ilegalidades de Moro, ilusões em que o TSE iria barrar a campanha suja de Bolsonaro, ilusões em que o empresariado iria rejeitar o ultraliberalismo selvagem de Guedes, ilusões em que os setores de centro iriam apoiar Haddad no segundo turno, ilusões....

A ilusão da vez é que o governo Bolsonaro será parecido aos governos Sarney, Collor e FHC. Apenas um pouco pior, mas parecido. Portanto, um governo ao qual faremos oposição e com o qual disputaremos nas eleições de 2020 e 2022.

Mas não será. O governo Bolsonaro não vai apenas tentar implementar um programa ultraliberal e de submissão aos EUA. O governo Bolsonaro vai operar um plano sistemático de destruição das liberdades democráticas, ou seja, de todos os espaços, organizações e leis que permitiram que -- desde 1989 até 2014 -- a esquerda brasileira fosse alternativa de governo. Estão na mira deste governo: os sindicatos e as centrais, os movimentos sociais, os partidos de esquerda, especialmente o PT; os direitos de mobilização e luta; as próprias ideias de esquerda, que estão sendo estigmatizadas, perseguidas e criminalizadas; e, ninguém se iluda, estão na mira a vida e a liberdade dos militantes da esquerda. Pois mesmo que o governo Bolsonaro não faça nada diretamente — e ele fará, sua mera existência cria um ambiente que favorecerá a atuação de grupos paramilitares e de lobos solitários.

Confirmam isto o show de horrores estrelado pela direita durante a diplomação dos petistas eleitos, os ataques de generais contra o ministro do STF que teve a coragem de determinar o cumprimento da Constituição e, principalmente, os assassinatos de lideranças populares ocorridas recentemente.

Dizendo a mesma coisa em linguagem mais "sofisticada": as eleições de 2018 abriram caminho para uma mudança de regime político. E o principal inimigo do novo regime é o Partido dos Trabalhadores, porque ele foi de 1989 até 2018 — e segue sendo hoje — o principal protagonista das forças de esquerda, democráticas e populares.

Portanto, desde o final de outubro de 2018, o desafio posto para o conjunto da esquerda brasileira é qualitativamente diferente daquele que enfrentamos pelo menos desde 1989.

É isso que torna urgente, inadiável e incontornável a realização de um Congresso nacional do PT. Noutros palavras, precisamos de um congresso para debater qual deve ser a nossa estratégia, nosso caminho para ser governo & poder, neste novo período histórico.

Há setores do Partido que não querem fazer Congresso. Açam que isto nos obrigaria a gastar tempo em "luta interna", num momento em que precisamos concentrar nossas energias em fazer luta contra o inimigo.

Acontece que toda hora é hora de concentrar nossas energias contra o inimigo. Portanto, se este fosse o único argumento, não deveríamos fazer congresso nunca. Aliás, não deveríamos gastar tempo debatendo nada, apenas lutando, mesmo que cegamente.

Mas, como sabemos todos, há momentos em que o Partido está dividido em relação a COMO fazer a luta contra nosso inimigo. Este é o nosso caso, hoje. Há diferentes opiniões acerca de como fazer a luta. E o único jeito DEMOCRÁTICO de resolver isto é fazendo um congresso partidário.

Por outro lado, um congresso partidário não precisa nem deve ser um evento internista. Pelo contrário,

defendemos que nosso congresso seja um processo público de debate dos grandes temas nacionais e internacionais, coroado por um grande evento de massas, que reúna milhares de delegados e delegada

Propomos que em junho de 2019 todos os filiados e filiadas ao PT possam eleger, nos seus municípios, delegados e delegadas ao congresso nacional. E que o 7^o Congresso ocorra em julho de 2019. Façamos um congresso de massa, com hospedagem solidária, com a plenária ocorrendo por exemplo num ginásio de esportes, algo militante e auto-financiado.

Feito desta forma, poderemos dar conta ao mesmo tempo de três necessidades: a principal, que é a definição da linha política; em segundo lugar, cumprir a decisão adotada por unanimidade pelo 6^o Congresso, de realizar um plebiscito para decidir a forma de eleição das direções partidárias; e, em terceiro lugar, renovar imediatamente as direções municipais.

Para dar conta destas três tarefas, basta que no mesmo dia em que as bases vão eleger as delegações ao congresso nacional, elas elejam também a nova direção municipal e votem no plebiscito.

Assim, em julho de 2019, quando se reunir o 7^o Congresso Nacional, já teremos as novas direções municipais eleitas e já saberemos como será eleita a nova direção nacional e as novas direções estaduais

Esta é a nossa proposta de método. As propostas de conteúdo, ou seja, que estratégia defendemos para o novo período histórico, apresentaremos em outro texto, que esperamos divulgar no segundo número deste boletim.



TEMPOS ESTRANHOS, COMO DIZ MARCO AURÉLIO

*“Em época de crise, impõe-se observar princípios, impõe-se a resistência democrática, a resistência republicana.”
(Marco Aurélio Melo, ministro do STF, em decisão liminar na ADC 54 MC DF, neste dia 19 de dezembro de 2018).*

Ilana Ferro, Maristella Mattos e Renato Simões Representantes da Militância Socialista na última reunião do DN PT

Em tempos estranhos, como afirma o ministro Marco Aurélio de Melo, ou num Estado de Exceção, em que mergulhamos desde o golpe de 2016, como temos afirmado desde o nosso 6º Congresso Nacional do PT, faz-se necessário identificar claramente o arbítrio e os caminhos da resistência.

A última reunião do Diretório Nacional do PT, convocada para o balanço do processo eleitoral e debate sobre as perspectivas do PT para o próximo período, ensaiou uma inicial caracterização do novo período aberto com a eleição de Bolsonaro. A incapacidade de produzirmos um documento mais consensual demonstra que o objetivo não foi alcançado, e que precisamos identificar rapidamente os impasses internos de caracterização da conjuntura para bem orientarmos nossa ação nesse momento tão delicado da história do país e do mundo para as lutas da classe trabalhadora.

O mantra da normalidade democrática repetido à exaustão pela mídia e pelos segmentos sociais golpistas tinha por pressuposto que a democracia brasileira atingira plenamente sua maturidade com o pleno funcionamento das instituições da República em episódios dramáticos. Uma Presidente legitimamente eleita, tendo sido denunciada por crime de responsabilidade e submetida a processo legal com pleno direito de defesa, foi cassada por um Congresso Nacional igualmente eleito e no gozo de suas atribuições constitucionais, em sessões presididas pelo Supremo Tribunal Federal.

Na contramão dessa cantoria presente nos discursos oficiais e na mídia privada desde então, o PT e crescentes setores da esquerda e dos movimentos sociais denunciaram o Golpe e a construção de um período de exceção que contaminou o conjunto das instituições republicanas dedicados à preservação da democracia e dos direitos do nosso povo.



No 6º Congresso Nacional do PT, fomos muito bem sucedidos nessa tarefa. Negamos ao longo de todo esse período a normalidade democrática pretendida pelas Instituições golpistas que promoveram o golpe do impeachment fraudulento contra a presidenta Dilma, a regressão dos direitos do povo trabalhador e da soberania nacional pelo governo golpista de Temer e a prisão de Lula e sua interdição como candidato.

A candidatura de Lula foi lançada como a oportunidade histórica apresentada pelo PT e pela esquerda partidária e social nela articulada de uma saída democrática para o Golpe. Sua manutenção, em defesa dos princípios constitucionais e legais, nacionais e internacionais, foi didática no sentido de explicitar que a democracia brasileira, violada pelo golpe de 2016, não se permitia o livre embate de ideias e a mediação das urnas para a superação dos impasses.

Lula não foi admitido como candidato, não pode participar do processo eleitoral, sequer como eleitor, foi proibido de conceder entrevistas, claramente conduzido à condição de preso político de um regime à prova de eleições limpas e democráticas.

Mesmo com a interdição de Lula, a candidatura Haddad avançou celeremente e ameaçou ganhar as eleições, provocando o esvaziamento das candidaturas de centro e centro-direita identificadas com o Golpe de 2016 e a aposta no “mito” como o capaz de vencer as eleições à bordo de uma opção explicitamente neoliberal na economia e autoritária na política, ainda que embalada na incômoda regressão de valores civilizatórios para certos setores do conglomerado golpista.

Numa estratégia de minimização de riscos, uma intensa artilharia de notícias falsas veiculadas pelas mídias oficiais e redes sociais, com farta utilização de recursos privados e tecnologias internacionais em escala ainda a ser devidamente apuradas, promoveu uma clara alteração no quadro eleitoral e um resultado imprevisível para o mapa político dos estados no primeiro turno das eleições.

Bolsonaro não logrou vencer as eleições no primeiro turno, mas estabeleceu uma ampla dianteira no segundo turno, consolidou uma base parlamentar eleita com votações recordes e estabeleceu palanques eleitorais nos estados em que a decisão foi levada para o segundo turno. Construiu assim, á revelia da lei e com a complacente omissão da Justiça Eleitoral, uma vitória que assegura que a esquerda continue afastada do governo da maior potência latino-americana – objetivo principal do Golpe e do comportamento dos partidos golpistas no processo eleitoral – e abre um novo ciclo na aplicação de uma agenda ultraliberal desenhada a partir dos programas dos Governos FHC e Temer a ser aplicada com explícita violência institucional do novo governo.

Pois bem, a narrativa da normalidade democrática volta com toda a força com a votação das urnas nas eleições de outubro. Não se trata de um presidente golpista, que chegou ao governo pela traição e pela ardilosa conspiração de Temer, mas de um presidente legítimo, eleito pelas urnas. Mas volta com uma diferença fundamental: ao mantra das próprias instituições golpistas somam-se agora vozes de esquerda e centro-esquerda, ainda que opositoristas, como a

tratar com um governo democrático conquistado na sadia busca da alternância de poder que as eleições livres e limpas propiciam.

Setores moderados da esquerda buscam interlocução com setores ditos democráticos do novo governo, seja na constituição de blocos parlamentares capazes de coexistência ou cooperação com partidos da base aliada de Bolsonaro, seja em entrevistas mais severas com o PT que com os vitoriosos no balanço das eleições. Passam também por polêmicas que se estabeleceram na produção da resolução de conjuntura do último diretório nacional, evitando a identificação de Bolsonaro como continuidade e aprofundamento do golpe de 2016 numa intensidade exponencialmente violenta e perigosa para a democracia e os direitos do povo. E perpassam falas de boa vontade de lideranças parlamentares e sindicais com os canais de diálogo e negociação com o novo governo e seu bloco de sustentação.

Uma análise de conjuntura, especialmente feita por um partido político de esquerda e socialista como o PT, não é feita por diletantismo intelectual ou obrigação institucional. É norteadora de ação, impulsivadora de tendências, organizadora da militância. É tarefa coletiva, democraticamente construída, de modo a ser duradora e unificar vontades e ações. Quando defendemos, na última reunião do Diretório Nacional, a convocação de um 7^o Congresso que aprofunde as resoluções do Congresso anterior sobre o período histórico que vivemos e avance nas pautas que permanecem em aberto (como a estratégia socialista do PT e a construção partidária), é em decorrência da necessidade imperiosa de manter e aprofundar a resistência democrática nestes tempos bicudos que flertam com o fascismo e a ditadura em nome dos interesses superiores do capital. Um Congresso que incorpore centenas de milhares de militantes petistas e aberto a milhões de pessoas que se agregaram no primeiro e no segundo turno à candidatura Haddad e às lutas do “Ele Não” e da resistência democrática. E que fortaleçam, desde o início, nossas lutas em defesa da democracia, dos direitos do povo e da soberania nacional que permanecerão sob novo e intenso fogo cerrado a partir de 2019.

EM DEFESA DO PT: 7º CONGRESSO E NOVA DIREÇÃO EM 2019

Luizianne Lins, Moara Saboia e Carlos Henrique Árabe - Membros da Executiva Nacional do PT pela tendência Democracia Socialista

Logo em seguida ao segundo turno reuniu-se a Executiva Nacional, que realizou um debate inicial bastante aberto. Por sugestão da presidenta, foi constituída uma comissão para elaborar um texto-base de balanço e propostas para o DN. Como sempre, foi composta por membros de todas as correntes.

Seu resultado foi bastante satisfatório em compreender os caminhos que levaram setores fundamentais das classes dominantes a desembarcar da candidatura Alckmin e a afunilar na candidatura Bolsonaro. Diversos pontos, não consensuais, foram destacados para debate. Em geral eles procuraram apontar elementos da situação internacional, da nossa trajetória anterior à eleição e na disputa propriamente eleitoral que poderiam compor uma explicação mais ampla. A proposta também buscou construir um campo de ação afirmativa do PT, incompleto ainda, mas muito além de um conceito de pura defensiva, em acordo com a força expressa no processo eleitoral - o texto está disponível em <https://democraciasocialista.org.br/em=-defesa-do-pt-precisamos-do-7-o-congresso-ww-do-pt-e-renovar-direcao-em-2019-posicionamento-da-ds-face-ao-debate-do-dn-sobre-o-balanco-eleitoral/>. Para facilitar, vamos nos referir a ele como texto da “Comissão”.

A reunião do DN realizada em 30.nov e 1.dez surpreendeu, no entanto, pelo fato de a maioria vetar o texto da Comissão como base para discussão, não apresentar razões claras para isso e tão pouco um texto alternativo. O debate foi bloqueado. Ao cair da noite, via mensagem de whatsapp, apareceu o texto da maioria. Revelaram-se, então, algumas razões do veto ao debate: ausência de análise (na verdade, apresentou uma versão desidratada da linha explicativa do texto da comissão), exagero sobre a força do inimigo que vencera a eleição, e, conseqüentemente, ausência de propostas - a resolução do DN está disponível em pt.org.br/

Era de se esperar um debate à altura do grande confronto que vivenciamos em 2018, no qual o partido enfrentou o duro desafio de, com Lula preso político

impedido de disputar - e ganhar - a presidência, resgatar a confiança popular no nosso partido e combater, pela primeira vez, uma extrema direita que se alçou como representante das classes dominantes. Mobilizamos a base social e eleitoral do partido no 1º turno e conseguimos estabelecer a disputa por maioria no 2º turno.

A força social e eleitoral alcançada pelo PT exige compreensão da nova situação e das tarefas políticas postas ao partido. Sofremos uma derrota política para as classes dominantes e sua nova representação de extrema direita que precisa ser bem compreendida, inclusive em suas causas que remetem a limitações do PT. Se isso não se faz, está sendo transferido ao inimigo toda a virtude da vitória, exagerando sua força e correndo o risco de cair numa defensiva maior do que a correlação de forças impõe ou, pior, no imobilismo político.

O debate sobre o caráter do bloco de forças vencedor também não se realizou. A Comissão do texto adotou postura aberta a discussão e verificação necessárias sobre a natureza do bloco de forças vitorioso e preferiu caracteriza-lo como extrema direita incluindo grupos fascistas no seu interior. A maioria do DN decretou o “corte fascista” do bloco de forças vitorioso, ou seja, o seu elemento definidor e o seu desenvolvimento. Evidentemente, isso deveria ser precedido de discussão mais funda. E deveria, naturalmente, trazer sérias implicações nas tarefas políticas e organizativas, mas estas também não foram apresentadas. Aliás, deveria resultar também em extremo cuidado com a unidade e a democracia na condução partidária.

A maioria simplesmente impediu o debate. As razões que pudemos depreender do porque não aceitou o texto da comissão composta por representantes de todas as correntes, não são boas. A resolução da maioria podou a proposta da Comissão de todos os pontos que apontavam limites críticos do partido no processo. E, para completar, não indicou sequer minimamente nossas tarefas políticas. Isso resultou numa ampla abstenção, num absurdo desentendi-

mento em uma hora crucial e em duro questionamento face a uma maioria incapaz de conduzir a unidade partidária.

Esse fato condicionou enormemente o tema seguinte, a renovação da direção em 2019 e a necessidade de convocar o 7º Congresso Nacional para estabelecer a linha do partido no novo período.

Novamente a maioria impôs uma linha evasiva, até mesmo em reconhecer que o mandato da atual direção encerra em 2019, como determinou o 6º Congresso. Com isso, adiou as definições de calendário para o início de 2019.

Face a esse impasse, face a incapacidade da maioria em compreender a nova situação, em propor uma ação política de combate às ameaças que estão por vir e em construir com as demais correntes uma linha política comum, a defesa do 6º Congresso, incluindo a definição do atual mandato da direção em 2 anos e sua renovação em 2019, ganhou uma atualidade dramática.

Assim, para que tenhamos um partido à altura dos novos desafios, defendemos a imediata convocação do 7º Congresso e a renovação das direções partidárias em 2019.



UNIDADE PARA LUTAR PELO SOCIALISMO, PELA DEMOCRACIA E POR DIREITOS

Ivan Alex Lima, Secretário nacional de movimentos populares e políticas setoriais - Sheila Oliveira e Carla Ayres, Diretório Nacional do PT

A unidade do Partido, dos aliados à esquerda e da consciência democrática no país tem forte básica política. Todos e todas concordamos que o resultado eleitoral de 2018 foi influenciado por eventos e ações que extrapolam o próprio processo eleitoral. Não há como reconhecer a vitória de Bolsonaro como legítima e como legal.

O liberalismo, em sua fase oligopolista, e no contexto de sua crise estrutural promove sucessivos processos de desestabilização de governos legitimamente eleitos, ousando – inclusive – derrubá-los de forma “constitucional”.

As cadeias mais dinâmicas da economia participam ativamente e descaradamente desses processos de desestabilização, financiando-os, abertamente, e coesioando as frações capitalistas, para evitar que tensões concorrenciais dificultem seus objetivos políticos.

No caso brasileiro, o resultado alcançado por Haddad não conta a história do cerco que as forças democráticas e de esquerda sofreram. Qualquer outro candidato ou partido seria pulverizado pelos ataques sincronizados que sofremos: as principais entidades empresariais do país, oligopólios de comunicação, partidos derrotados em 2014, setores de ponta do Poder Judiciário (sob pressão aberta das FFAA), governos, especialistas internacionais em sabotagens políticas, etc.

Contudo, Fernando Haddad personificou um acúmulo indispensável para a resistência política a esses tempos de regressão civilizatória no mundo. Ele obteve cerca 31% dos votos totais, enquanto seu adversário – vitorioso – atingiu 39%. Nulos, brancos e abstenções alcançaram a casa dos 42 milhões de votos, ou cerca de 30% dos votos totais.

A ilegitimidade da vitória de Jair Bolsonaro se soma à sua ilegalidade. Além do uso comprovado de Caixa 2, de doação empresarial, da disseminação de fake news, do disparo de campanha negativa pelo WhatsApp, temos aquele que é o maior crime de todo esse processo: a condenação e prisão de Lula, como de tática eleitoral escancarada. A indicação de Sérgio Moro para o cargo de Ministro da Justiça confirma isso: a Lava Jato se consolidou como uma ferramenta eleitoral. Do mesmo nível que as ações de Steve Bannon, o especialista em sabotagem internacional dos processos democráticos, pela via do discurso xenófobo, moralista de direita, e pela disseminação de ataques pessoais aos adversários.

Era evidente que Lula ganharia as eleições. Até às vésperas de sua substituição, imposta pelo TSE, em todas as pesquisas seu nome era imbatível. A decisão do TSE, e do STF, de não acatar deliberação do Comitê de Direitos Humanos da ONU, que determinava que Lula tivesse acesso aos meios para realizar sua campanha, mesmo em condições de privação de liberdade, foi o ponto mais baixo de todas as operações de direita.

E, agora, manter Lula preso é uma das principais condições para se viabilizar a continuidade plena do golpe. Golpe este que tem uma função material precípua: tentar enfrentar a questão estrutural que é a crise do capitalismo.

Mas o furacão da direita no mundo não atingiu apenas a esquerda do Brasil. A direita tradicional também colheu os frutos de seu desatino e do ódio que ajudou a propagar. E não se trata da estrondosa derrota de partidos como o PSDB, o DEM, o MDB, o PP ou PPS, exclusivamente. Caciques políticos históricos, lideranças emergentes e até gente do espectro neofascista experimentaram desfechos negativos em suas pretensões eleitorais. Some-se a isso a derrota dos oligopólios de comunicação, de entidades empresariais como a Fiesp e similares, com todas suas apostas prévias.

Aí a fila foi imensa. E está registrada nas capas de revistas de direita, ridiculamente, desde o final do ano passado: Luciano Huck, Flávio Rocha (Riachuelo), Álvaro Dias, Alckmin e Amoedo. Todos tiveram seus quinze minutos de glória nas manchetes de capa de algumas revistas semanais. E todos soçobraram na crise que ajudaram a implantar. No mesmo diapasão, Ciro (PDT) e Marina (Rede) experimentaram os efeitos da fluidez de suas propostas e sua falta de capilaridade social. E Boulos (Psol), à esquerda, que cumpriu importante papel de reafirmar um projeto

estratégico, também não resistiu ao desmonte já salientado anteriormente. E até o PSTU merece menção: submergiu na miséria política de seu “fora todos” e de sua ação centrífuga e inconsequente.

Elementos da crise estrutural da economia capitalista e seu rebatimento no Brasil

A agenda ultraliberal exige sacrifícios enormes da população em nível de mundo. O leilão de estatais e outros ativos, a retirada de direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, somados à desregulamentação das áreas inteiras da economia, com graves repercussões ambientais é a receita geral.

E sua particularidade no Brasil é ainda mais perversa. Para enfrentar a aguda crise fiscal do Estado e os desafios da lenta retomada do crescimento do capitalismo, em nível de mundo, Bolsonaro conta – principalmente – com a venda de importantes ativos da economia brasileira, sobretudo o óleo da camada do pré-sal. Além dos ativos estatais já conhecidos, a equipe econômica do pesselista pretende atrair “investidores” para a maximização do uso do subsolo, a privatização da Previdência Social, a precarização do trabalho e liquidação de direitos sociais destinados às populações mais vulneráveis.

A disposição da equipe econômica de Bolsonaro é realizar todo esse “programa máximo”, de uma vez por todas e, se possível, simultaneamente. Trata-se de uma questão de sobrevivência: ou bem Bolsonaro usa seu capital político de forma decisiva nos próximos meses, ou o agravamento da crise econômica brasileira pode levar o projeto de Paulo Guedes a impasses insuperáveis.

Desafios do governo Bolsonaro

Reconhecer a magnitude de nossa derrota política, eleitoral e estratégica e investir na superação de nossas lacunas é algo que não pode levar à subestimação dos problemas de nossos adversários.

O futuro governo Bolsonaro nasce como um monstro de várias cabeças, tentáculos, corações e mentes. De início, a sua vitória aparece como uma soma do velho e do novo baixo clero da política brasileira. E essa coisa inicialmente disforme tende a diminuir suas contradições internas e ajustes serão feitos. Mudarão as hierarquias internas, para o que o capital financeiro e outras áreas estratégicas da economia passem a ditar as normas. Afinal, a candidatura Bolsonaro era apenas uma reserva para o caso de “contusão” do titular representado pela alternativa Alckmin. E, de fato, a substituição foi feita. Agora, viverão a fase dos ajustes.

Porém, aquilo que aparece como o curso natural de um processo de reequilíbrio das forças internas do novo condomínio de poder não poderá esconder suas tensões. Seja pelo pagamento das dívidas políticas contraídas no processo de campanha, seja pela composição contraditória dos postos chaves do governo, pelos recuos em promessas e pelo ingresso de novos atores no cenário pós eleição, o futuro governo Bolsonaro já experimenta crises e conflitos.

Na impossibilidade de apresentar novas propostas que enfrentem a crise econômica e gerem emprego em escala, Bolsonaro e seu clã insistirá na pauta dos valores morais: hora, voltam com o tal Kit Gay, hora com a Escola Sem Partido, hora com a flexibilização da posse e do porte de armas de fogo ou com a fantástica ideologia de gênero. Será usado como disputa ideológica até pelo fato de não termos tratado na centralidade e seriedade, desses temas estratégicos diretamente com a nossa base social nos últimos anos. Saudamos a propositura aprovada na reunião do Diretório Nacional que criou a rede de proteção dos direitos humanos aos militantes do partido e dos movimentos. Contudo, boa parte do eleitorado do presidente eleito – mesmo que hipnotizada por factoides – tenderá a cobrar outras contas. As que dizem respeito à realidade econômica de sua vida. Somem-se a isso, suas dificuldades com a contrarreforma da previdência, cuja viabilidade se assenta em duas premissas que vão corroer boa parte de sua gordura eleitoral: as concessões fisiológicas ao parlamento e a manutenção dos privilégios dos estratos aburguesados do serviço público.

Nos bastidores, a senha para viabilizar a precária unidade desse início de governo é a chantagem: a volta do PT. Cantilena surrada, com limites óbvios

Atualizar a estratégia e investir na unidade do campo democrático e popular

No âmbito da resistência ao neofascismo e à dilapidação da soberania e dos direitos da classe trabalhadora, o PT deve propor aos aliados a retomada das mobilizações com a Frente Brasil Popular seja através da realização do Congresso do Povo ou ações mobilização mais amplas incluindo a Frente Povo Sem Medo, rede de artistas, de intelectuais e campo progressista, frente ao comprometimento da credibilidade dos poderes legislativo, executivo e judiciário do país. A cada ameaça à soberania nacional e ao direito da classe trabalhadora, ou a cada ataque vitorioso do golpe exige uma grande unidade e ações concretas do campo popular, níveis esses que podem fazer recuar as forças da regressão civilizatória que tenta se consolidar no país.

Propor a recomposição do campo democrático e popular exige também amplitude tática. Há setores sociais que não se identificam com o campo anteriormente citado, mas que podem desenvolver contradições com o governo Bolsonaro, seja pela crítica à sua política econômica, seja pela recusa ao obscurantismo ideológico, moral e cultural que marca o campo vitorioso em 2018. O momento clama pela sabedoria de, mesmo caminhando separados, golpear juntos as forças da regressão civilizatória que embasam o governo Bolsonaro.

Simultaneamente a isso, o PT deve investir urgentemente em seu debate interno com a convocação do 7º congresso popular com a mais ampla representatividade da militância de base, para a necessária atualização de sua estratégia. As diretrizes precedentes já não armam o Partido, teórica e politicamente, para a nova conjuntura. Ficaram evidentes as lacunas de nossas formulações anteriores, quando delas mais precisamos para fortalecer a resistência ao golpe e ao cerco da direita. E as próprias condições das disputas sociais mudaram, com o agravamento da crise estrutural do capital e com as respostas implementadas pelos partidos e organizações liberais para o controle e manipulação das instituições estatais.

Será no calor da oposição ao governo neofascista e ultraliberal, na defesa dos direitos ameaçados, assumindo o protagonismo da luta democrática e tendo sempre como referência nossos ideais socialistas, que teremos que promover essa atualização estratégica.





(BALANÇO ELEITORAL) COMO ENFRENTAR A AMEAÇA DO FASCISMO

José Americo, deputado estadual/ Antônio Donato Paulo Reis e Juliana Cardoso, vereadores/ Zaratini, deputado federal/
Rui Falcao, deputado federal/ Silvana Donatti, da Executiva Nacional do PT.

Introdução

Três fenômenos marcaram as últimas eleições e condicionam os cenários político, econômico e social do próximo período:

1. O início de ruptura institucional representado pela eleição de Jair Bolsonaro a presidente da República e de governadores alinhados ao seu discurso de ódio nos estados mais ricos do País (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais);
2. A exponencial ameaça aos direitos civis e aos direitos sociais do povo brasileiro decorrente da formação de uma base política e social de extrema direita, ainda gelatinosa, formada pelo fenômeno descrito na ciência política como “coattail” – a eleição de políticos sob o manto do prestígio de outro;
3. A ameaça de um retrocesso econômico e social inédito, com a ruptura do papel histórico do Estado brasileiro de indutor do investimento, público e privado, e de moderador das desigualdades sociais, provendo bens e serviços públicos, além de medidas de proteção e compensação social.

O Resultado eleitoral

A votação obtida por Fernando Haddad nos dois turnos da eleição presidencial deve ser lida como uma derrota eleitoral, mas também como uma vitória política do Partido dos Trabalhadores. Especialmente no segundo turno, foi uma vitória das forças democráticas, sobretudo com o movimento espontâneo de jovens, artistas e cidadãos de todas as crenças que foram às ruas na tentativa de virar votos.

Apesar de esta ter sido a menor votação de um candidato presidencial do PT, proporcionalmente, desde 2002, as eleições de 2018 possibilitaram uma recuperação política promissora, mas não definitiva, do papel de grande player do PT no cenário político nacional. Chegar ao segundo turno e eleger grandes bancadas federais e estaduais, além de 4 governadores, dos quais a única mulher eleita no País, foi uma façanha inesperada por analistas, críticos e detratores do PT e de Lula. Em lugar do atestado de óbito anunciado, o PT saiu das eleições como a maior força de oposição.

A vitória de Bolsonaro foi um voto antissistema e atropelou os partidos tradicionais de direita ou

centro direita, como o PSDB, o DEM e o MDB. Ela é uma ameaça à democracia e o governo de Bolsonaro um desafio permanente à Constituição.

O contexto global

A vitória de Jair Bolsonaro não é um fenômeno descolado da onda de políticos populistas de direita que despontam no mundo. A crise financeira de 2008 produziu um quadro de grande instabilidade econômica e de endividamento dos governos em todo o mundo, para evitar a depressão econômica. A liquidez financeira tornou-se abundante nas corporações multinacionais e entre os rentistas, mas escassa nas famílias e nas classes médias deprimidas, incluindo os trabalhadores, fustigados pelo desemprego.

A vida se tornou ainda mais difícil na África e no Oriente Médio. O mundo passou a se deparar, cada vez mais, com crises humanitárias decorrentes de ondas migratórias desesperadas em direção à Europa e aos Estados Unidos, essas a partir da América Central. Trump e a ultradireita do partido republicano, assim como a extrema direita europeia, passaram a explorar os temores de suas populações com os imigrantes por meio de um discurso demagógico contra o “globalismo”. Manipulando as redes sociais com notícias falsas, essas forças promovem uma guerra contra a democracia.

Depois de espalhar a ilusão dos mercados perfeitos, o establishment das finanças mundial nos EUA passou a centrar forças em torno de Trump e de sua política de confrontação com a China. Também investiu recursos, inteligência e meios de guerra digital no plebiscito sobre a retirada do Reino Unido da União Europeia, o chamado Brexit, que supostamente voltaria a criar empregos nas áreas britânicas mais afetadas.

Mas a economia não se estabilizou duradamente com o advento de Trump. Em que pese a atual recuperação cíclica da economia mundial, para a qual o FMI prevê um crescimento entre 3,6% e 3,9% este ano. O próprio FMI já antevê prejuízos ao crescimento econômico por causa da escalada da guerra comercial entre EUA e China.

Fora da Europa, a alta dos juros americanos causa derrocada acelerada ali onde não há a proteção de reservas externas, como na Argentina. O Brasil, ao contrário, só resiste por causa das reservas de US\$ 380 bilhões deixadas pelos governos do PT.

As boas notícias no cenário internacional são a derrota de Trump nas recentes eleições de meio

de mandato, para deputados e senadores, e o apelo do senador Bernie Sanders pela constituição de uma Internacional de defesa da democracia.

Acertos e erros

É falsa a imagem de que o primeiro mandato presidencial do PT pegou a “economia arrumada”. A dívida bruta ao final dos mandatos FHC era de 76% do PIB, partindo de 37% em 1994. No início de 2003, quando Lula assumiu, a taxa de juros estava em 25%, em meio à recessão e à especulação contra o real, cuja cotação se aproximou de R\$ 4,00 por U\$ 1,00. O IPCA havia fechado em 12,35% em 2002, com efeitos muito negativos para o orçamento das famílias, sobretudo as mais pobres. Também é falaciosa a visão de que os governos Lula contaram, em todo o período, com a “benção das commodities”, pois o ciclo de alta teve início ao final de 2006, sofreu uma queda abrupta no fim de 2008 e só retomou em meados 2009, até 2014.

O que de fato “ajudou” Lula foram duas escolhas de seu governo num cenário global que melhorava. A primeira foi o rigor fiscal e monetário, que reduziu a dívida bruta e a taxa de inflação e permitiu a queda gradual da SELIC. A segunda foi não sacrificar as camadas de menor renda, beneficiadas por várias políticas sociais, com destaque para o Bolsa Família, a recuperação real do valor do salário mínimo e a generalização do Benefício de Prestação Continuada, entre outras. Mesmo com os duros sacrifícios iniciais resultantes do aumento do superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB, o ajuste logrou reordenar a economia e possibilitar o surgimento de uma nova geração de políticas de distribuição de renda e redução da pobreza.

Com a combinação de equilíbrio fiscal, retomada do investimento, estímulo ao comércio externo e políticas sociais, o Brasil cresceu saudavelmente, tirando milhões de pessoas da miséria e promovendo a ascensão de 36 milhões à classe média.

As virtudes de todo esse período foram essenciais para o bom enfrentamento da crise financeira global de 2008. O Brasil e seus parceiros dos BRICs contavam, então, com os meios fiscais e financeiros necessários para uma rápida reação. Assim, o segundo governo Lula usou no limite esses instrumentos para evitar a recessão em 2009 e obter um crescimento acelerado, de 7,5%, em 2010. Estimulou o crédito, ampliou o mercado interno, auxiliou grandes empresas endividadas, aumentou os financiamentos do BNDES com recursos emprestados do Tesouro e praticou outras políticas setoriais de apoio à economia.

O mesmo ocorreu nos demais países emergentes, sobretudo dos BRICs, compensando a ameaça de depressão no mundo desenvolvido.

A partir de 2011, o que parecia ter sido uma travessia bem-sucedida da crise começou a mostrar sinais de problemas mais profundos. A Zona do Euro recebeu o impacto da insolvência da Grécia, seguido por problemas de financiamento da Itália, Espanha, Portugal e Irlanda. O salvamento dos bancos cobrou seu preço em termos de déficit fiscal, aumento das dívidas públicas, recessão e desemprego, que seguiu afetando essas economias. O risco de desagregação da Zona do Euro tornou-se real.

Apesar dos estímulos, a economia americana seguia presa na armadilha do baixo crescimento, com desemprego elevado, enquanto a China desacelerava. Já a Europa e o Japão tiveram crescimento perto de zero em 2011 e 2012 e, sobretudo, os países emergentes não mais compensavam a perda de força das economias desenvolvidas, como entre 2008 e 2010. Começaram aí os erros do primeiro governo Dilma.



A partir de 2012, o governo Dilma radicalizou as políticas adotadas em 2009 e 2010, para combater a depressão econômica. Deu mais subsídios fiscais e financeiros ao empresariado, ao mesmo tempo que os empréstimos do BNDES chegaram a alcançar quase 10% do PIB. Desonerações fiscais muito custosas e controle de preços de energia também fizeram parte de um receituário equivocado. O remédio emergencial virou política de Estado, sob aplauso de uma parte do empresariado. Só que não vieram daí nem aumento dos investimentos nem crescimento econômico.

Se em 2011 o crescimento ainda foi de 4%, em 2012 caiu para 1,9%. Em 2013, chegou a 3%, repercutindo mudanças do ano anterior, mas em 2014, ano da eleição, foi de apenas 0,5%. Em 2015, já com a guerra política movida pela oposição, contestando

o resultado eleitoral, e os primeiros efeitos da operação Lava Jato, também explorada politicamente, a economia teve retração de -3,8%. No período, a inflação subiu, a renda estancou, o desemprego aumentou e o desequilíbrio fiscal do governo passou a cobrar o seu preço da União, dos Estados e municípios. Criou-se o pretexto das pedaladas fiscais, fez-se o impeachment e instaurou-se o governo Temer com uma agenda de reformas voltada, basicamente, para a retirada de direitos e conquistas sociais.

Ainda assim, o Brasil terminou 2014, o ano da reeleição de Dilma com a menor taxa de desemprego da história, 4,2%. É admissível concluir, com o exame dos fatos, que a rigidez política, diante de um novo momento econômico, em 2011-2012, aprisionou o governo e o PT na armadilha do sucesso pela reação exitosa do governo Lula à crise de 2008. A resistência do governo em ouvir proposições de reformas econômicas, filtrar excessos e adotar medidas que redistribuíssem os custos dos ajustes à nova realidade do mundo, sem penalizar os mais pobres, falou mais alto. O governo dobrou a aposta e insistiu na tentativa de ativar a economia com incentivos que drenaram o Tesouro.

Por incômodo que seja, cabe perguntar: como avaliar o segundo governo Dilma, que se mostrou na recente campanha como uma pedra no sapato do PT? É certo que a presidente Dilma foi afastada do governo de forma ilegítima, por intermédio de um golpe parlamentar. Mas a violência desse golpe não justifica a posição ambígua do PT ante os erros do governo. O povo certamente não entende essa ginástica mental.

Dilma foi reeleita com um discurso em que defendia a preservação e a ampliação das conquistas sociais, mas ao tomar posse mudou o rumo e impôs um ajuste fiscal não assumido durante a campanha. Ignorou as centrais sindicais a quem tinha se comprometido consultar, a bancada federal e a própria direção do PT. Depois se empenhou em fazer a reforma da previdência sem tampouco ter um projeto claro e socialmente aceito. Voltou atrás na política de incentivos do primeiro mandato e trouxe de novo a ideia de cobrar a CPMF, traçando um curso incompreensível.

A solidariedade a Dilma e a denúncia do caráter golpista do impeachment não devem impedir que se faça uma autocrítica deste período. De maneira justa e equilibrada, mas necessária. É preciso adotar uma narrativa que inclua críticas justas ao governo da presidente deposta, para quando, numa campanha como a que acaba de ser feita, o partido possa se defender a contento, afastando as acusações de que

em algum momento defendeu uma política contra os trabalhadores e o povo.

Quanto à corrupção, permanece a dificuldade de compreensão em relação a uma contradição marcante: por que o PT carrega o peso maior, na percepção popular, da responsabilidade pela corrupção, apesar de terem sido os governos Lula e Dilma os que mais fortaleceram e aparelharam as instituições do Estado, legal e materialmente, para o combate à corrupção? É um problema da narrativa de nossos adversários que ainda não soubemos enfrentar? Ou é um problema de outra natureza? Este é um ponto no qual devemos aprofundar o debate, de modo a ter um diálogo social mais eficaz.

Cenários de 2019

A vitória eleitoral que tiveram não arrefeceu o intento dos nossos adversários de normalizar a eliminação do PT, e por aí de todos os que ousarem divergir da nova ordem. Em termos imediatos, pode se agravar a situação do presidente Lula na prisão. É preciso relançar a campanha pela liberdade de Lula. Há clima e receptividade para tanto, em especial com a chegada de Michele Bachelet à Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Já a montagem do governo de Bolsonaro obedece ao roteiro desde sempre anunciado por ele de fazer, conforme suas palavras, uma “limpeza” na sociedade e na política. Bolsonaro se cerca de generais da reserva como ministros e, ao estilo clássico dos candidatos a ditador, quer ter as mãos livres, frente ao Congresso, para moldar as instituições, as escolas, as pessoas e até as relações internacionais conforme seu ideário autocrático. Tudo são meios para atingir os fins políticos do autocrata que se arvora intérprete da Nação acima de tudo, ungido por um Deus abstrato acima de todos.

Quanto mais espaços conquistar no tabuleiro político, mais Bolsonaro desprezará o Congresso Nacional e o Judiciário. Saudoso do regime militar e admirador do coronel torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, ele não quer contestações, quer obediência. Para os que não pensarem como ele, prometeu, haverá prisão ou exílio.

Para ser aceito pelo mercado, o novo convertido ao liberalismo trocou frases e conceitos mal balbuciados sobre economia pelo aval do banqueiro Paulo Guedes. Sua missão é levar aos mercados aquilo que a elite econômica, daqui e de fora, necessita: uma disciplina fiscal construída com a retirada de direitos, liquidando patrimônio e serviços públicos para refrear os gastos na Previdência Social, no SUS,

nas universidades públicas e, também, para aliviar os impostos dos mais ricos.

Em lugar do Estado gastador, supostamente perdulário, seguirá intocada a alta burocracia de Estado, que ocupa os melhores postos das chamadas carreiras de Estado. No mercado de trabalho, tentará levar adiante a revogação dos direitos previstos na Constituição. “As pessoas devem escolher – ou todos os direitos, mas sem trabalho, ou trabalho sem direitos”, disse Bolsonaro em debate na CNI, logo no início da campanha.

A primeira prova de fogo de Guedes e Bolsonaro virá no primeiro semestre de 2019, com uma reforma da previdência bem ao gosto das elites econômicas, mas não ao feitio das necessidades do povo. Só que os seus eleitores dos extratos populares serão atingidos diretamente, e não haverá como enganá-los, porque eles mais do que ninguém sofrerão na carne as perdas que Paulo Guedes e assessores estão preparando.

Não resta dúvida que o governo Bolsonaro será um governo de idas e vindas, de ataques ao PT e ao movimento social e suas lideranças. Mas não convém subestimar o autoritarismo e cair em provocações preparadas por ele para desmoralizar a oposição. Através de um jogo combinado de disfarces e provocações, o bolsonarismo poderá assumir tintura abertamente fascista, na medida em que a oposição se fragmente e perca substância a resistência tanto às medidas antipopulares e antidemocráticas do governo como às ações de radicais de direita, até com milícias.

No horizonte ideal do autocrata, o cenário requer uma Constituição esvaziada, um Congresso com apenas duas forças – o partido do sim e o partido do sim senhor – e um Judiciário domado nas instâncias superiores e ativista nas instâncias inferiores.

O PT defenderá, sem restrições de qualquer natureza, a ação comum de todos aqueles que se empenharem em defender os direitos civis e os direitos sociais, como as liberdades de imprensa, de organização e manifestação, além das opções individuais no plano comportamental e o respeito às diferenças de gênero e raça.

Como na bem-sucedida “geringonça” do governo socialista de Portugal, os partidos de esquerda e democráticos devem colocar em primeiro plano no Brasil o que lhes é comum. Assim, a democracia será mais bem defendida contra o autoritarismo.

AVANTE, À UNIDADE, AO CONGRESSO E À UMA NOVA CULTURA DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Vilson Oliveira e Rodrigo Dilelio - Avante

A conjuntura que se avizinha ao PT e ao campo oposicionista ao governo bolsonarista exigirá uma nova postura do partido.

Privatizações de empresas estratégicas, ataques aos direitos trabalhistas e a previdência social, um forte realinhamento do Brasil aos Interesses dos EUA são marcas que o novo governo já promete.

Tudo isso combinado com duros ataques às organizações dos trabalhadores e aos movimentos sociais.

O PT precisa ter capacidade de fazer uma profunda avaliação dessa conjuntura e tomar as medidas para enfrenta-lá convocando imediatamente um processo congressual do partido.

Este deverá ser um processo amplo de discussão, orientado pela ideia de renovação dos quadros partidários e aproximando a direção da base real que preservam os junto ao povo brasileiro.

Entenda-se por “base”, os movimentos populares, parte da classe média universitária e trabalhadora, coletivos e organizações culturais que seguem mobilizadas desde a luta contra o golpe de 2016.

As direções municipais precisam ser atualizadas, pois é visível que a despeito do resultado eleitoral satisfatório, muitos diretórios locais estiveram desmobilizados ou mesmo alheios à organização das nossas frentes de lutas. A medida é importante para evitar



que direções encapsuladas pelo pragmatismo incorram em alianças eleitorais que confundam a nossa base política, contribuindo assim para diluição da nossa força e autoridade para denunciar os efeitos do novo governo.

Tanto quanto em 2018 houve uma batalha ideológica, 2019 reserva a nós, uma batalha onde os inimigos estarão servidos de todo o aparato de repressão para intimidar a oposição; assim, nossas forças deverão estar orientadas por uma clara política de esclarecimento ao que tudo isso significa.

Promover mudanças nas direções do PT deverá ter como mote a renúncia às visões de curto prazo e tá-

ticas locais, em favor de uma visão nacional do processo político brasileiro.

As lutas das mulheres, negras e negros, LGBTQs e juventude serão fundamentais, como espaços de tensões dentro do campo da esquerda.

Se é verdade que existe uma disputa entre nós que defendemos que essas pautas são maneiras de viver da classe trabalhadora e setores liberais que pretendem transformá-las em meros elementos de mercado, aos militantes do PT deverão ser resguardadas orientações que promovam debates políticos que combinem as agendas econômica com as lutas setoriais, ampliando o debate sobre luta de classe.

Construir lutas comuns e mobilizações capazes de enfrentar o Governo Bolsonaro são nossa prioridade.

Assim, deveremos retomar o espírito do segundo turno eleitoral: reservas aos adjetivos aos inimigos e dedicar tempo e atenção aos iludidos.

Internamente, ainda que a custo de revisão de tamanho e conteúdo das estruturas de funcionamento burocrático, que os dirigentes retomem as agendas de viagens para organizar e instruir as direções locais, ainda que para isso tenham que recorrer à dinâmica de hospedagem solidária.

A nossa rede de comunicação, a base da nossa pirâmide de informação, deverá ser construída tijolo a tijolo, tecendo fio por fio, pois hoje não temos muito nessa frente, além de muito improvisado.

É fundamental que a Fundação Perseu Abramo tome espaço nessa ação, bem como as principais secretarias nacionais do PT, como a Secretaria Nacional de Cultura e a Secretaria Nacional de Formação: ambas devem estar integradas no processo de convocação do Congresso e empenhadas na agenda de interiorização dos dirigentes partidários.

Nossas tarefas são múltiplas e urgentes. Ao mesmo tempo no qual faremos o debate interno, também construiremos a defesa do PT, pois sem a vitalidade da maior referência no campo da esquerda e da

oposição ao governo, teremos sérias dificuldades em construir a unidade nas ruas para enfrentar a agenda de reformas.

Assim, nosso debate interno deverá preservar a defesa das e dos dirigentes do PT, da presidenta Dilma e do presidente Lula.

Sendo assim, fazemos um apelo público pela convocação do 7º Congresso, que possamos construir no Diretório Nacional e nas instâncias do PT decisões construídas por acordo, para que possamos fazer um debate sem adversários “internos” e sem interesses ditados pelo senso da auto construção ou da auto preservação.

Para que o próximo congresso alcance seus objetivos, ninguém sairá deste congresso como entrou.

Vivemos um novo período, uma nova era. Nela, é muito possível que o PT precisa dispor de maior organicidade e clareza política, mas o PT é imprescindível para o próximo período de lutas do povo brasileiro.

Por um PT renovado,

Por um partido com a cara e a ideologia de sua militância,

Pela unidade do campo da esquerda,

Pela unidade nas ruas com a oposição,

CONVOQUE-SE O 7º CONGRESSO!

UMA DERROTA ESTRATÉGICA

Paulo Pimenta, Paulo Teixeira e Juçara Dutra Vieira - Resistência Socialista

O ano de 2018 concretizou mais um estágio do estado de exceção no Brasil, com a prisão do ex-presidente Lula e a impugnação da sua candidatura para as eleições presidenciais. Lula liderou todas as pesquisas de tendências de voto do eleitorado brasileiro anteriores ao pleito e foi retirado das eleições por ser o mais competitivo dos candidatos ao Palácio do Planalto em 2018 e duro opositor da corrente neoliberal que dominou o Brasil no golpe de 2016.

A justiça brasileira fez vistas grossas para a grande fraude eleitoral denunciada pelo jornal Folha de São Paulo que beneficiou o candidato Jair Bolsonaro, com financiamento privado para mega disparos de whatsapp com notícias falsas contra o nosso can-

didato Fernando Haddad, a vice Manuela D'Ávila e contra o Partido dos Trabalhadores.

Elege-se presidente do Brasil um cidadão que exerceu o mandato por 28 anos e sobre quem recai a denúncia de ser dono de um patrimônio incompatível com o salário de deputado e a denúncia de peculato por apropriação indébita de parte dos salários dos seus funcionários inclusive com provas de transferência de recursos para conta da esposa do presidente eleito.

O presidente eleito divulga uma equipe de governo ultraneoliberal para desenvolver um processo acelerado de venda de parte das estatais brasileiras e retirada dos direitos dos trabalhadores via uma reforma regressiva da previdência social. Ao mesmo

tempo abriga no seu governo uma forte representação militar saudosa da ditadura militar, e Sergio Moro, o maior representante do uso partidário do poder judiciário contra a esquerda brasileira. Parte dos ministros foram escolhidos nos ambientes de extrema direita tão em moda no país, portadores das ideias mais retrógradas sobre a globalização, o aquecimento global, uma disputa ideológica e de valores. A equipe de governo formada representa o capital financeiro que hoje dá as cartas na política no mundo ocidental. Bolsonaro busca alinhamento com os EUA de Donald Trump e tem forte ligação com Benjamin Nethanyahu, dois dos maiores representantes da direita mundial. A vitória de Jair Bolsonaro representa o fim de um ciclo no Brasil, que começa na luta contra ditadura militar, passa pelo processo constituinte de 1988, pela resistência ao neoliberalismo e pelos governos Lula e Dilma que são momentos importantes de implementação da Constituição de 88. É a própria derrota dos pilares da constituição, de implementação de um projeto nacional de desenvolvimento, de implementação de um estado de bem-estar social e de alargamento da convivência democrática.

Essa vitória também simboliza uma derrota para os setores historicamente excluídos da sociedade brasileira, os pobres, as mulheres, as negras e negros, os povos indígenas, a população LGBTTI, dentre outros, que obtiveram significativos avanços no campo dos direitos no último período especialmente a partir dos nossos governos, e que estão representados em nosso projeto de sociedade.



As eleições de 2018

Perdemos as eleições mas conseguimos um capital político importante, que foram os 47 milhões de votos no segundo turno para Fernando Haddad, candidato do PT, os governadores eleitos pela oposição nos estados do nordeste, a maior bancada na câmara federal com 56 deputados, 5 senadores e a eleição de 4 governadores, entre eles a governadora Fatima Bezerra no Rio Grande do Norte, além de inúmeros deputadas e deputados estaduais.

Fernando Haddad cumpriu bem a posição de candidato a presidente e fez uma eleição politizada que trouxe inúmeros novos quadros para a militância política no Brasil. Nossa vice Manuela D'Ávila teve papel relevante na chapa presidencial.

Os votos dados a Fernando Haddad foram em parte fruto da memória das mudanças promovidas pelos nossos governos, e no segundo turno foram acrescentados votos do setor progressista da sociedade que enxergaram os riscos de retrocessos que corríamos com a eleição de Jair Bolsonaro.

A estratégia eleitoral foi absolutamente correta, da insistência com o nome de Lula como candidato até o limite, a aliança com os governadores do PSB do Nordeste e a aliança com o PCdoB.

Nossas críticas são dirigidas a dissolução do núcleo dirigente do partido no início do primeiro turno e a nova direção que se constituiu não ter incorporado o PSB e o PCdoB nos debates, além de buscar um diálogo com o PDT, no segundo turno com vistas à formação de uma frente política posterior.

As razões da nossa derrota estão no aprofundamento do Estado de exceção, na crescente suspensão das garantias constitucionais por parte do poder judiciário, na narrativa dirigida contra a esquerda pela mídia monopolizada e nos erros que cometemos durante nossos governos.

O Estado de exceção foi o pano de fundo do golpe de 2016, que teve a derrubada de um governo legitimamente eleito com a ajuda e conivência de parte do poder judiciário que contou com o protagonismo da equipe da Lava Jato para desestabilizar o governo, destruir parte importante das nossas empresas de infraestrutura, perseguir a esquerda e destruir nossa democracia.

O poder judiciário assistiu impassível a derrubada da presidente Dilma, pelo grupo político que tinha sido derrotado nas eleições presidenciais em 2014 e que, à época, todos seus integrantes estavam sabidamente envolvidos em processos de corrupção, e que só foram afastados dos seus cargos depois de derrubar a presidenta legitimamente eleita.

A mídia monopolizada se aliou ao partido da justiça e ajudou a derrubar a presidenta Dilma, a criminalizar a esquerda e prender o presidente Lula. Aliada à mídia, a direita brasileira assessorada desde o exterior, soube dominar as redes sociais com profundo conhecimento de métodos de manipulação, que foram utilizados no momento do golpe e nas eleições de 2018, com ajuda da mesma equipe que assessorou a campanha do Brexit na Inglaterra e a campanha eleitoral de Donald Trump nos EUA.

Nossos governos foram governos de profundas mudanças que beneficiaram milhões de brasileiros que até então não tinham tido uma chance e que agarraram as oportunidades promovidas pelos nossos governos nas áreas de emprego, educação, saúde, moradia, infraestrutura e demais oportunidades.

Mas cometemos erros! Não fizemos reforma política e ficamos reféns dos altos custos de campanha e da contribuição empresarial que deturpou os métodos de campanha militante. Nossos governos não se debruçaram para bancar uma composição mais garantista nos tribunais superiores, como também não alteraram o marco regulatório da mídia que data de 1963 e sobrevive até hoje, permitindo uma mídia monopolizada e partidarizada.

Na economia, os caminhos adotados em 2011 e o ajuste de 2015 foram decisivos para enfraquecer nosso partido diante da classe trabalhadora que deu 4 vitórias para o PT, nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014.

Desafios para o PT

O PT está diante dos seus maiores desafios da sua história, da história da esquerda no país e do Brasil, que consiste em, libertar o presidente Lula da prisão e derrotar o projeto neoliberal radical que terá início em janeiro de 2019 no Brasil, no que ele representa para o povo brasileiro e para o mundo.

A) Intensificar e enraizar a Campanha Lula Livre por meio de:

1. Construção do comitê popular Lula Livre e engajamento da militância petista, sindical e popular na formação de comitês por todo território nacional, em vilas, escolas, universidades e local de trabalho.
2. Formar comitês no exterior que envolvam líderes políticos, sindicais, intelectuais e artistas na campanha Lula Livre.
3. Realizar encontro internacional de juristas para ampliar a Campanha Lula Livre.

B) No diálogo com as demais forças políticas:

1. Construir uma frente de esquerda. Para derrotar o projeto neoliberal, temos que construir uma forte aliança de esquerda junto com o PCdoB, PSOL, PSB, PDT e com os governadores do nordeste ou a partir deles para tentar barrar o retrocesso e o desmonte do Estado brasileiro. Tal frente não se confunde com bloco parlamentar, que é próprio do parlamento, porém devemos tentar evitar marchar separados nesse plano. Mas se o esforço parlamentar não se concretizar, devemos

insistir em construir uma frente de esquerda que se reúna com frequência, que debata as iniciativas políticas, que aprofunde as estratégias de oposição e que se prepare para as eleições de 2020 e que tenha uma maneira horizontal de organização e relação de revezamento nos espaços de fala e de poder que venham conquistar.

2. Fortalecer a construção da Frente Brasil Popular e qualificar o diálogo com a Frente Povo Sem Medo com o objetivo de garantir a mobilização popular contra as medidas que retirem direitos e que vendam o patrimônio público. Esta articulação tem grande importância igualmente para a mobilização da campanha Lula Livre. Tal articulação deve levar em conta também a adoção de medidas para proteger as lideranças populares das ameaças físicas feitas pelo presidente eleito e por militantes de direita, bem como a perseguição judicial aos líderes populares.
3. Construir um diálogo em direção ao centro político com vistas a defesa do Estado democrático de direito e a defesa das instituições democráticas previstas na constituição de 1988.

C) No plano externo

1. O PT deve intensificar o diálogo com os partidos progressistas do mundo com vistas às iniciativas de luta contra o neoliberalismo. Deve intensificar igualmente a relação com partidos progressistas de oposição nos países com igual experiência de governos de extrema direita, como os EUA, Hungria, Polônia e Israel.
2. O PT deve intensificar sua relação com os partidos de esquerda da América Latina via Foro de São Paulo, com especial atenção aos governos de esquerda no continente, contribuindo para a unidade das esquerdas frente aos ataques às democracias, às soberanias nacionais e frente a onda fascista que cresce no continente.
3. O PT deve manter forte relação com os partidos de esquerda e os partidos progressistas da Europa.

D) A organização interna

1. O PT tem que reconstruir seus núcleos dirigentes e respeitar as contribuições proveniente de todas as forças constitutivas do partido.
2. O PT tem que voltar-se a sua organização interna como escola de formação e organização. Devemos retomar a organização em núcleos, retomar a inserção nos movimentos populares e retomar a formação política.

3. A forma de disputa tem que ser a mais pedagógica e devemos eliminar práticas de facilitam fraudes na escolha de dirigentes. Para isso devemos fazer o plebiscito sobre o PED e debatermos um modelo que garanta nossa democracia interna sem os vícios da experiência anterior.
4. O PT tem que ter um moderno sistema de comunicação, com uma TV no youtube e um canal de rádio na internet para se comunicar com os seus filiados.
5. Devemos estimular a presença dos nossos filiados nos movimentos populares, de moradia, de saúde, de transportes, nos movimentos sociais de juventude, negros e negras mulheres e LGBT-Tis, assim como devemos incentivar iniciativas de economia solidária.
6. Devemos ter uma proposta permanente de formação que envolva os diferentes níveis de exigência de formação política.

E) Por um novo horizonte utópico

O PT deve retomar o debate estratégico do melhor modelo de sociedade para o povo brasileiro. Devemos construir uma cultura anticapitalista, que faça a crítica ao capitalismo em sua forma mais sofisticada que é o capitalismo financeiro, que concentra renda e exclui as

pessoas dos benefícios da riqueza, do saber e do poder. Devemos retomar com força a proposta socialista, que garanta a todos o acesso à riqueza, ao bem-estar, às conquistas tecnológicas, ao saber e ao poder.

Que o modelo de socialismo não somente construa oportunidades de acesso a riqueza, ao saber e ao poder, como também seja uma sociedade que garanta a igualdade entre homens e mulheres nos diferentes espaços da sociedade, em especial nos espaços de poder político e econômico, que respeite a orientação sexual e identidade de gênero, que garanta a igualdade racial e que preserve a humanidade de uma catástrofe ambiental que o mercado de consumo esta conduzindo por meio do aquecimento global.

A Resistência Socialista considera que o PT se mantém como uma ferramenta estratégica dos trabalhadores para garantir um país mais justo, democrático e soberano.

O PT deve reafirmar seu compromisso democrático, com a adoção no Brasil de uma democracia de alta intensidade, como propõe a constituição brasileira, com democracia representativa e democracia direta que contemple a diversidade da sociedade e enfrente suas desigualdades históricas.